

CORREIO DO VALE

Divulgação/ PMRC



Fortes chuvas que atingiram a região causaram estragos

Rio Claro, Pinheiral e Resende recebem recursos do Estado

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Alerj aprovou, nesta quarta-feira (27), parecer favorável ao Projeto de Lei 7.658/26, de autoria do presidente da Casa, deputado Douglas Ruas (PL), e do vice-presidente, Guilherme Delaroli (PL), que destina R\$ 35 milhões do Fundo Especial a municípios em situação de calamidade pública.

Ao todo, 20 prefeituras deverão receber os recursos, com repasses de cerca de R\$ 1,75 milhão para cada uma, entre elas, as prefeituras de Rio Claro, Pinheiral e Resende. Os valores transferidos deverão ser aplicados, obrigatoriamente, em ações emergenciais nas áreas de assistência social, saúde e recuperação de infraestrutura urbana e rural afetadas por desastres naturais.

R\$65 milhões destinados

A medida se soma à Lei nº 11.166/26, de autoria original de Delaroli com a coautoria aberta aos demais parlamentares, que já garante o envio de quase R\$ 30 milhões para outras 17 cidades. Ao todo, serão quase R\$ 65 milhões destinados a 37 municípios para ações emergenciais nas áreas de assistência social, saúde e recuperação da infraestrutura danificada pelos temporais.

Thiago Lontra/Alerj



Douglas Ruas projeto foi para garantir medida rápida

'Medida de responsabilidade'

"Não poderíamos ficar indiferentes diante da situação enfrentada por essas cidades. Apresentamos o projeto para garantir uma resposta rápida da Alerj aos municípios atingidos, permitindo apoio às famílias afetadas e à recuperação dos danos causados pelas chuvas. É uma medida de responsabilidade e solidariedade com a população fluminense", afirma Douglas Ruas. "Sabemos das dificuldades enfrentadas pelos municípios e da necessidade de uma ação efetiva do poder público", conclui o vice-presidente da Alerj, Guilherme Delaroli.

TCE vai fiscalizar aplicação de recursos

Durante a reunião da CCJ, o deputado Luiz Paulo (PSD) destacou que a fiscalização da aplicação dos recursos ficará sob responsabilidade do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ), mas ressaltou que a própria Alerj poderá acompanhar a destinação das verbas aos municípios. "Quem fará a fiscalização será o TCE, mas, como são recursos da Casa destinados aos municípios", diz o parlamentar.

POR ANA LUIZA ROSSI

Transporte

No último sábado (23), a prefeitura de Miguel Pereira recebeu um ônibus 0 km destinado ao transporte sanitário de pacientes do SUS, por meio do programa Agora Tem Especialistas – Caminhos da Saúde, do Governo Federal. O novo veículo representa um reforço importante para a rede municipal de saúde.

Deslocamento

O objetivo é fazer o deslocamento de pacientes para consultas, exames, procedimentos e tratamentos especializados fora do município. Com 29 poltronas reclináveis, climatização com ar-condicionado e plataforma elevatória com poltrona móvel para cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida.

Especialidades

Segundo a prefeitura, o acesso de pacientes do SUS a serviços especializados são dificultados uma vez que, por muitas vezes, dependem de deslocamentos para outros municípios ou centros de referência. Nesse contexto, o transporte sanitário adequado se torna parte essencial da continuidade do cuidado.

Violência

O combate à violência sexual contra a mulher acaba de ganhar um reforço em Resende. Como resultado da Lei nº 4.695/2026 – de autoria da vereadora Rose Nicolino, a cidade vai passar a contar com a Tenda de Proteção à Mulher, um serviço itinerante de acolhimento, orientação e combate à violência sexual contra as mulheres.

Tenda

A tenda será instalada em áreas de grande circulação, feiras e eventos públicos de uma forma geral. Rose argumenta que a iniciativa tem o intuito de estimular as denúncias. "A ideia é acolher as vítimas e oferecer um ambiente seguro e adequado para que elas possam falar sobre a violência sofrida", afirma.

Acolhimento

O serviço inclui o atendimento e o acolhimento humanizado das vítimas; orientação jurídica, social e psicológica prestadas de forma sigilosa; a oferta de um canal direto de denúncia, em parceria com a Guarda Municipal; e atividades de conscientização e prevenção, como palestras, rodas de conversa e campanhas.



Encontro também visou fortalecimento das políticas públicas

Municípios do RJ debatem Educação Especial

Reunião de fórum foi promovida nesta quarta, em Volta Redonda

Da Redação

Gestores em Educação Especial de 43 municípios do estado participaram nesta quarta-feira (27), em Volta Redonda, da 5ª Reunião Ordinária do Fórum Estadual de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva do Rio de Janeiro (FEESP/RJ). Promovido pelo fórum em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SME), o evento, realizado no auditório do UGB (Centro Universitário Geraldo Di Biase), no Aterrado, teve como objetivo estabelecer parcerias entre os municípios, promover discussões qualificadas e fortalecer as políticas públicas de Educação Especial Inclusiva.

A mesa de abertura contou com a presença do vice-prefeito de Volta Redonda, Sebastião Faria, representando o prefeito Antonio Francisco Neto. Pela SME, a secretária de Educação em exercício no município, Valéria Lamim, citou que a proposta do encontro é ampliar o diálogo entre os gestores.

- Além de refletir sobre os desafios da inclusão escolar e contribuir para o fortalecimento da identidade do docente de Educação Especial e das práticas pedagógicas desenvolvidas no contexto escolar - acrescentou Valéria.

A presidente do fórum, Carline Santos Borges, explica que a reunião serviu para discutir a minuta do Estatuto do Fórum,

debater as implicações do professor de Educação Especial e do profissional de apoio escolar no processo de inclusão escolar, além do Decreto nº 12.686/25 e das demais diretrizes recentemente apresentadas para a área.

- E também a nova portaria de educação especial e a realidade das escolas, haja vista que precisa estar em consonância, para daqui até dois anos à frente, com a política nacional. Discutimos o papel do profissional de apoio daqui para frente e do professor de educação especial. É também continuar com a constituição do fórum de modo institucionalizado, por meio do estatuto do fórum estadual. Estamos muito felizes de estarmos aqui, com uma organização tão bonita, tudo bem preparado e com muito cuidado pela equipe de Educação Especial do município - afirmou a presidente do fórum.

Para Beth Melo, coordenadora da Educação Especial Inclusiva de Volta Redonda, sediar o fórum representa um importante momento de construção coletiva e fortalecimento das políticas educacionais inclusivas.

"Receber gestores de diferentes municípios do estado para discutir a Educação Especial na perspectiva da inclusão é extremamente significativo. Precisamos fortalecer o diálogo e construir estratégias que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência", destacou Beth Melo.